

REDES CATÓLICAS E ESTADO NA “REVOLUÇÃO ARGENTINA”¹

Guido Ignacio Giorgi
CONICET / Universidad de Buenos Aires
Doutorando em Ciências Sociais (UBA)
giorgiguido@yahoo.com.ar

Resumo

Em 1966 ocorre o golpe de Estado cívico-militar-religioso autodenominado Revolução Argentina, que colocou Juan Carlos Onganía como na presidência da Argentina. Ante este acontecimento, enquanto um grupo de intelectuais e especialistas se opunham ativamente ao governo militar, um número significativo de cientistas sociais apoiavam ativamente a experiência ditatorial. Se trata de uma militância no campo político e cultural, em universidades, think tanks e ocupando cargos no Estado. Entre estes são significativos os sujeitos socializados em redes e espaços socio-religiosos, especialmente aqueles vinculados a um pensamento tecnocrático e desenvolvimentista. Neste artigo daremos conta da participação de católicos na ditadura comandada por Onganía, reconstruindo certa rede emergente a partir do estudo da trajetória de um indivíduo, José Enrique Miguens, o que permite dar conta da relação entre redes católicas e o sistema político argentino.

Palavras chaves: Estado; Movimento católico; Trajetórias; Sistema político Argentino

INTRODUÇÃO

Em junho de 1966 aconteceu o golpe de Estado cívico-militar-religioso autodenominado Revolução Argentina, que colocou o General Juan Carlos Onganía como presidente de fato da Argentina. Frente a este acontecimento, intelectuais e especialistas tomaram duas posições principais: por um lado, um setor dos cientistas sociais se opuseram ao governo militar, participando ativamente das diversas expressões contestatórias e, certos grupos experimentaram um processo de radicalização que desembocou na experiência da luta armada. Por outro lado, um número significativo de sociólogos, politólogos, filósofos, economistas, advogados, entre outros, apoiaram e somaram ativamente a experiência da Revolução argentina, em diversas posições. Se trata de uma militância no campo político e cultural, nas universidades, conformando “think tanks” e ocupando cargos no Estado. Neste grupo se destacam particularmente os sujeitos socializados ou inseridos em redes e espaços sócio-religiosos.

O objetivo deste artigo é dar conta da participação de militantes católicos no governo militar da Revolução Argentina, a partir do estudo da trajetória de um indivíduo, José Enrique Miguens, a qual permite dar conta da relação entre redes católicas e diversos governos nacionais.²

TRAJETÓRIAS E REDES COMO ESTRUTURAS DE POSSIBILIDADE

Em suas primeiras investigações, Fortunato Mallimaci demonstrou, entre outros aportes, que o movimento católico proveio de quadros do governo militar de 1943 e, especialmente, do nascente peronismo (Mallimaci, 1992). Este enfoque foi enriquecido por investigações posteriores realizadas por Humberto Cucchetti (2005).³ Por sua parte, diversos investigadores começaram aprofundar seus estudos sobre a presença do catolicismo no governo de fato do General Onganía em 1966. Tomando como referência estas investigações, nosso objetivo é indagar acerca da presença de redes sócio-religiosas católicas neste último, através da trajetória de um indivíduo que ocupou cargos de segunda ordem.

A proposta é, tomando como eixo a história de vida de um militante católico, reconstruir alguns dos múltiplos laços que vinculam o catolicismo com o Estado argentino. A opção que temos tomado consiste em apartar o olhar da dimensão institucional, para centrarmos nas redes sociais que atravessam a ambos, em particular aquelas sócio-religiosas.

Para isso, a trajetória que temos selecionado é a do sociólogo José Enrique Miguens reconstruindo as redes sócio-religiosas em que participa.

Neste artigo falaremos do *movimento católico* como uma forma de delimitar o universo de estudo, diferente da abstrata e indefinida idéia de *mundo católico*, e o foco estará centrado na instituição da *Igreja católica*. O movimento católico compreende instituições, redes e indivíduos que, compartilhando sua identidade católica, tem como objetivo recristianizar a sociedade e criar um catolicismo voltado para a vida. Este movimento atravessa distintos períodos, por isso se deve tomar cuidado em não confundir a etapa do auge do movimento católico, quando se conforma e expande o dispositivo do catolicismo integral (entre as décadas de 1930 e 1950), com

momentos posteriores nos quais esta matriz continua funcionando embora com certas transformações.

Frequentemente, as investigações sobre a relação entre Estado e Religião centram seu interesse em atores que tenham ocupado ou ocupem cargos significativos no poder, e que concentrem uma capacidade de tomar decisões relevantes. Nosso enfoque será outro: o indivíduo cuja trajetória estudaremos, nunca ocupou cargos de primeira linha no Estado nacional ou na sociedade civil, realizou o *curus honorum* típico para um militante católico, mas que logo abandonou para chegar adiante numa atividade fragmentada, porém sempre vinculada às redes católicas. A primeira opção se apresenta como uma vantagem, já que permite evitar derivar a análise pela tangente da excepcionalidade do indivíduo estudado, o que facilita uma perspectiva de sociabilidades.

A escolha pela segunda opção não significa a perda do rastro do ponto de vista do ator; a sua singularidade. O nosso eixo estará colocado no que poderíamos denominar de *estrutura de possibilidades* que se apresenta a um ator através de determinadas credenciais

e capital social. A posição de determinadas credenciais e o capital social associado a certas redes católicas, conjugado com a posição de um saber especializado (nesse caso, das ciências sociais), configura uma estrutura de possibilidades, uma variedade de caminhos e opções possíveis, a disposição do ator.

Neste caso em particular, a estrutura de possibilidades, continuando com a metáfora arquitetônica, compreende os pontos de entrada no Estado que se oferecem a um indivíduo que circula por determinadas redes católicas, em particular aquelas vinculadas com o acesso a espaços de poder estatal em governos ditatoriais.

Em conseqüência, a dimensão religiosa será aqui considerada de um ponto de vista sociológico, prescindindo de elementos teológicos ou doutrinários. No lugar destes, o eixo da argumentação consiste em estudar os alcances dos laços e sociabilidades católicas para compreender a trajetória de um militante católico, especialmente em sua relação como Estado.

Estes espaços de socialização preparam, às vezes, as plataformas de acumulação de distintos tipos de capitais, que os atores põem em jogo ao

longo de sua trajetória. Mas não somente se deve entender em um sentido genético, isto é, em termos de acumulação originária de capitais: pelo contrário, frequentemente os diversos espaços do movimento católico acompanham o indivíduo ali socializado durante toda a sua vida.

O pertencimento a determinados espaços sócio-religiosos outorga credenciais legítimas a seus membros, os dotando de determinado capital social, entendido como capacidade incorporada de desenvolver e manter relações, adquirida na família e nas instituições educativas, frequentemente de elite, cuja concentração tem um efeito multiplicador dos benefícios de pertencer (Bourdieu, 1980, p.2). Esta definição a liga à de capital cultural e particularmente de capital simbólico: o capital social funciona como um multiplicador que executa em forma instrumental e direta as probabilidades de valorização das outras espécies de capital (Baranger, 2004, p. 215).

Contudo, não é a intenção deste artigo aprofundar na análise da estrutura de capitais colocados em ação por nossa personagem em cada momento. Nos limitaremos a um estudo de tipo historiográfico com o objeto de colocar

em evidência a capacidade legitimadora de certas credenciais de origem católico que configuram redes de circulação de indivíduos, e certas estruturas de possibilidades.

A hipótese que perfaz este trabalho é que para certos governos com uma forte debilidade em termos de estrutura de quadros, sobre a qual apóia-se certas organizações e redes católicas, aparecem como significativos para o recrutamento de indivíduos que ocupam diversos postos na administração pública. Isto se sustenta pela existência de redes sociais que garantam um certo nível de confiança para os membros que ali circulam, a *confiança* é um elemento qualitativo central no estabelecimento de redes sociais: a integração de um indivíduo a uma rede não pode se reduzir a existência de um vínculo ou conhecimento mútuo entre indivíduos. Neste sentido, resgatamos a crítica que o sociólogo Frédéric Lebaron fez aos estudos de redes formais, que supõe que as relações sociais podem ser traçadas com uma linha entre duas mônadas em um espaço cartesiano (Lebaron, 2005, p. 75). Ao contrário, a existência de uma rede implica fatores de coesão mais profundos que a interação face a face: a ideia de *visão de mundo* nos permite

encontrar o elemento de coesão entre as redes católicas.⁴ Por último, uma análise de redes combinado com uma análise de trajetórias permite dar conta das possibilidades de reconversão dos indivíduos em diversos espaços.

O estudo de caso que temos selecionado é o de José Enrique Miguens. Formou-se em Direito, se especializou em Sociologia Econômica com Parsons e Sorokin nos Estados Unidos. Foi docente de sociologia na Universidade de Buenos Aires (UBA) durante os primeiros governos peronistas, e professor da Escola Superior de Guerra (ESG). Foi funcionário do Estado nacional em cargos de segunda ordem como assessor letrado até sua aposentadoria voluntária em 1958. Com uma ativa militância católica nas décadas de 1940 e 1950, foi o fundador e diretor do segundo curso de sociologia do país, na Universidade Católica Argentina (UCA). Impulsionador da consultoria privada, trabalhará para partidos políticos, empresas e principalmente para o Estado, Miguens se revela como um ator central na sociologia argentina, assim como um interessante caso para aproximar-se do estudo da política argentina da metade do século XX.

ESTUDO DE CASO

Jóse Enrique Miguens nasceu no ano de 1918 na cidade de Buenos Aires no seio de uma família tradicional argentina. Seu pai, José Miguens, era juiz civil desta cidade, e estava vinculado a relevantes figuras da política, dos negócios e da cultura argentina durante a primeira metade do século XX. Companheiros de militância católica em princípios do século XX, Miguens era amigo íntimo de Alejandro Bunge, proeminente economista e estatístico argentino.⁵ Desde princípios da década de 1910 até a sua morte, ocorrida em 1943, Bunge foi uma figura que gravitou na política nacional a começar pelo papel de assessor economista. Em torno da sua figura funcionava um grupo de intelectuais, economistas, estatísticos, engenheiros e advogados, que se denominavam como Grupo Bunge, se destacando como um dos principais impulsionadores de políticas nacionalistas, e principalmente industrialistas nas décadas de 1930 e 1940 (Fernández López, 2001, p. 8). Graças a seu pai, Miguens, formado recentemente em direito na Faculdade de Direito e Ciências Sociais da

Universidade de Buenos Aires, em 1941 começa a trabalhar no Instituto de Investigações da Faculdade de Ciências Econômicas da mesma universidade.

Uma das características do Grupo Bunge é sua composição majoritariamente católica: além do próprio Alejandro Bunge, grande parte dos membros mais importantes do referido grupo eram militantes católicos, a exemplo de José Francisco Figuerola, Emilio Llorens, Carlos Correa Ávila. A importância do católico se traduz, por exemplo, no livro *Soluciones Argentinas a los problemas económicos y sociales del presente* (AAVV, 1945) o único documento publicado pelo Instituto Alejandro E. Bunge de Investigações Econômicas e Sociais. Neste livro o componente católico serve de substrato para pensar diversos problemas da sociedade argentina, assim como suas soluções. Miguens é co-autor de dois dos artigos. Em um deles, por exemplo, ante ao problema do aumento da natalidade extra-matrimonial os autores propõem enviar sacerdotes em missão por todo o país, outorgando-lhes funções e poderes de funcionários públicos de Registro Civil para assim consagrar matrimônio a todos os casais.

O golpe militar de 1943 configura um cenário favorável no Estado para este tipo de tendências pró industrialista. A ascensão do coronel Juan Domingo Perón leva a possibilidade de adicionar às fileiras estatais, profissionais e de perfil técnico e pró industrialistas. Neste contexto, o Grupo Bunge é uma fonte de recrutamento de quadros técnicos, em especial economistas e estatísticos para o Estado peronista (Campione, 2003). Na possibilidade de criar esta oportunidade e de aproveitá-la, é salutar a figura de José Francisco Figuerola: espanhol de nascimento, Figuerola era especialista em estatística e legislação trabalhista e ainda foi um dos quadros tecnocráticos mais importantes do primeiro peronismo. Figuerola foi protegido de Bunge desde meados dos anos 1930. Graças a Figuerola, Emilio Llorens, Carlos García Mata, Emilio De la Barca, entre outros, ingressam ou vêm impulsionadas as suas carreiras na burocracia estatal. Também o fez Miguens, quem começou a exercer o cargo de assessor jurídico na recentemente criada Secretaria de Indústria. Sua principal função era desenhar políticas aduaneiras que

servissem para a proteção da indústria nacional.

Paralelamente, Miguens era docente de sociologia na faculdade de Direito e de Ciências Econômicas, ambas da Universidade de Buenos Aires.

Durante a década de 1940 o nome de Miguens está associado a várias iniciativas no campo cultural e intelectual do catolicismo. Entre 1942 e 1950 fez parte do Conselho Superior da Ação Católica Argentina. Em 1949 fundou, junto a Juan Pichón-Rivière, a Associação Católica de Filosofia. Finalmente, Miguens, em 1951 foi mencionado no projeto de formação de uma Escola de Ciências Sociais no quadro do Instituto de Cultura Católica (Blanco, 2006, p. 66), referido enquanto continuador dos Cursos de Cultura Católica, que não se concretizará.

As situações limites normalmente forçam os indivíduos a optarem: o conflito entre o segundo governo peronista e a Igreja Católica nos anos 1954-1955 colocará em manifesto a primazia da identidade católica em Miguens. Igual a numerosos católicos que tinham certa afinidade com o peronismo, Miguens vive este enfrentamento como um ponto de

quebra em que é forçado escolher um dos lados. Portanto, se voltará ativamente para a militância contra o governo peronista, a começar pelo campo cultural, editando um folheto político (Touris, 2007, p. 326-327). No entanto, esta ruptura não é definitiva: retornará ao peronismo em 1973, e será a primeira (e única) vez que se votará em Perón como presidente da República.

Durante todo este período, além de participar em espaços profissionais e acadêmicos de inclinação católica, por exemplo, um ciclo de conferências sobre a classe média organizadas pela Ação Católica na Faculdade de Ciências Econômicas (UBA) (Adamovsky, 2007, p. 314), Miguens publica em várias revistas de formação católica: *Criterio*, *Ciencia y Fe* e a revista do *Centro de Investigación y Acción Social* (CIAS), as duas últimas pertencentes à Ordem Jesuítica.

Em 1958 Miguens é convocado por Monsenhor Octavio Derisi como parte do projeto fundador da Universidade Católica Argentina (UCA) para encarregar-se da criação do Departamento de Sociologia e do curso de Sociologia. Este não é um feito menor: se trata do segundo curso de

Sociologia a ser criado na Argentina, e forma parte das conseqüentes disputas desprendidas entre movimento e Igreja Católica, e o Estado diante da pressão dos primeiros por possuir instituições educativas próprias de nível universitário. Em termos mais amplos, devemos entender esta inovação institucional como o resultado da estratégia de reativação da Ação Católica, especialmente dos ramos profissionais e universitários, que empreende o episcopado argentino a partir dos últimos anos do governo peronista (Touris, 2007, p. 327). Alguns dos partícipes desta experiência sugerem que se trata de uma alternativa ideológica da direita católica frente a esquerda liberal que se consolidou na UBA, hipóteses que Miguens mesmo aprovava. De todas as maneiras, nas décadas anteriores existiu projetos de criação de um curso de Sociologia de inspiração católica (Blanco, 2006).

Neste sentido, uma anedota ilustra a posição que dentro do movimento católico pretende ocupar Miguens, quando oferecem à Miguens ocupar o cargo de Sociologia na UCA, este se reúne com Jesuítas da Universidade de Salvador para reunir esforços. Miguens comenta acerca do

projeto de criar uma Escola de Sociologia na UCA, e pede que o apóiem: o compromisso de não criar uma escola de Sociologia paralela. Alguns professores do Colégio de Salvador, como Salvador Donini, sacerdote jesuíta, se junta a equipe de Miguens na UCA. Contudo, no ano seguinte (1960) a USAL cria uma Escola de Sociologia própria.

Além do curso de Sociologia, Miguens compartilharia dos corredores da Faculdade de Ciências Sociais e Econômicas da UCA com velhos companheiros da área: do Grupo Bunge e da sua passagem pela Secretaria de Indústria, como César H. Belaunde, Emilio Llorens, Gabriel Meoli, ou da Ação Católica, como Francisco Valsecchi, entre outros. Miguens estava à frente do Departamento de Sociologia da UCA até 1966, quando o golpe de Estado liderado por Juan Carlos Onganía habilita os setores conservadores dentro da Uca a fortalecer suas posições, liderados pelo reitor da universidade; Monsenhor Octavio Derisi. Isto implica que, a desconfiança que sentiam da Sociologia em geral, estava relacionada com a forma como Miguens dirigia o Departamento de Sociologia,

principalmente em relação de professores do corpo docente ligados à posições revolucionárias próximas a correntes do peronismo (Justino O’Farrel e Gonzalo Cárdenas lideravam a experiência das Cátedras Nacionais na Universidade de Buenos Aires entre 1966 e 1974).⁶ Deste processo, sucedeu uma série de conflitos por distintos temas que desencadearam um êxodo massivo de professores e alunos em 1966 (Zanca, 2006, p. 197-200).

Um acontecimento extremamente significativo nestes anos de vida de Miguens foi a sua participação em 1962 como assessor no conflito entre segmentos das forças armadas que tem passado a história como o enfrentamento entre *Azules* e *Colorados*. Num contexto de proscrição do peronismo, o bando *Azul* era inclinado a permitir uma limitada atividade política de alguns dirigentes do mencionado partido, com o fim de lograr a normalização institucional e ao mesmo tempo combater os grupos de “extrema esquerda”. Por sua parte, os “*Colorados*” advogavam por erradicar completamente o movimento peronista, já que os assimilavam ao comunismo. Até 1962, cada bando lutava para lograr o controle sobre o conjunto das Forças

Armadas e, desse modo, estar em condições de exercer a tutela sobre o governo e estabelecer o rumo que devia seguir a política nacional. Neste sentido, Miguens, que ministrava a matéria de Sociologia no curso de coronéis na Escola Superior de guerra desde o ano 1958, se unirá ao bando legalista, os “*Azules*”.

Miguens se soma a Secção de Ação Psicológica, dirigida pelo coronel José Maria Diaz. Esta Secção ocupa duas estações de rádio da Capital Federal com o objetivo de difundir em média em cada rádio, 149 comunicados por hora (Springer, 1968). Miguens é o encarregado, em virtude de sua experiência como sociólogo em opinião pública, de redigir comunicados falados (Rouquie, 1981, p. 210). Estas “ações psicológicas” serão muito exitosas, e granjearão à Miguens um certo prestígio: se converterá em assessor do Ministro do Interior, Rodolfo Martínez, antigo dirigente do Partido Democrata Cristão, nas reformas tomadas contra os amotinados; em 1963 será convocado para realizar tarefas semelhantes, em uma reedição do enfrentamento de 1962; o Serviço de Inteligência naval tentará contar co seus serviços; e, tornado-se ativo, fará parte de um grupo

de intelectuais que serão referência para alguns setores do exército que, em 1966, tomará o poder e o convocará como assessor.

Para entender melhor este episódio se deve considerar que a participação de Miguens em espaços de sociabilidade e redes militares começa em fins da década de 1950: desde 1958 era professor de Sociologia da Escola Superior de Guerra (ESG). Ali havia entrado em contato com outros professores e militares politicamente ativos, como Mariano Grondona, que assim como Miguens também trabalhou a favor do bando Azul em 1962 e que logo se converteu em porta-voz do golpe de Estado liderado por Juan Carlos Onganía. Junto à Miguens na mencionada classe do curso de coronéis, estavam Juan Pichon Rivière (companheiro de Miguens na ACA), José Manuel Saraiva (futuro subsecretário do Interior durante o governo de Onganía, professor da USAL), todos dirigidos pelo General Juan Guglielmelli (futuro diretor do CONADE em 1970).

Como veremos mais adiante, estas redes com altos componentes militares lançaram luz sobre a participação de Miguens em diversos

grupos de trabalho de projetos de planificação nacional, tanto no governo de fato de Juan Carlos Onganía (1966-1970), assim como no governo constitucional de Juan Domingo Perón (1973-1974). No primeiro participará da elaboração de um projeto nacional publicado sob o título *Lineamientos de un nuevo proyecto nacional* sob a coordenação do coronel Oscar Grondona. No caso do terceiro governo peronista, formará parte do grupo de trabalho encarregado do *Modelo Argentino para el Proyecto Nacional*. Contudo, junto as redes militares, e conseqüente com a hipótese deste artigo, no primeiro caso aparecem com forte presença redes católicas, especialmente em torno das universidades confessionais como a Universidade de Salvador (USAL) e a Universidade Católica Argentina (UCA).

Não alheio aos espaços anteriores é a participação de Miguens no Instituto para o Desenvolvimento Empresarial da Argentina (IDEA). Miguens se incorpora como coordenador dos cursos, onde logra criar uma escola de administração privada, para logo ascender a presidência do IDEA. Desta maneira,

Miguens preside uma das principais associações de empresários da Argentina entre 1968 e 1973, cujos seminários e reuniões circulavam políticos e empresários ligados ao governo militar.

TECNOCRATAS CATÓLICOS. DEUS FORTE, PRÍNCIPE DÉBIL.

Esta reconstrução da trajetória de José Enrique Miguens nos permite delinear um certo perfil de militância católica. Ele é parte de uma rede difusa de militantes católicos, que sentem o chamado para atuar em momentos de enfrentamentos extremos, mas que não tem as instituições religiosas como o seu principal espaço de pertencimento. Contudo, sua visão de mundo está fortemente arraigada em um imaginário católico.

Na grande linha Miguens encarna sucessivamente dois patronos da época, um herdeiro do outro. Durante os dois primeiros governos peronistas encontramos militantes católicos que ocupavam cargos na burocracia estatal, e que se vêem sucedidos pelo projeto de país peronista (Donatello, 2005, p. 104; Cucchetti, 2005, p. 16), especialmente pela apropriação e resignação que a doutrina social da Igreja faz do

peronismo. Para a década de sessenta encontramos outro patrono, similar: militantes católicos de perfil tecnocrático que aderem ao credo desenvolvimentista, estabelecem fortes diálogos com grupos militantes e empresariais, e que se somaram aos projetos de governo e políticos destes grupos.

Em ambos casos, para estes militantes “ser religioso significa presença social e política em movimentos que não atentem contra suas crença e identidade católica. (...) não se incorporam à experiências ‘cristãs’ mas se somam àquelas de ‘inspiração cristã’” (Mallimaci, 2001, p. 225).

Outra característica relevante sobre Miguens é que não está no “centro” da rede. Pelo contrário, Miguens oscila entre diversos espaços e grupos, sempre mantendo um pertencimento à espaços do movimento católico, mas com um humilde perfil. Neste sentido Miguens se encontra em um espaço liminar, nem “outsider” nem “insider”, no que diz respeito aos espaços de poder econômico, político e social que se alternaram no governo nacional entre 1943 e 1974.

Nosso personagem não participar nas primeiras linhas nem aparece em primeiro plano. Melhor, parece que adota uma figura de especialista em disponibilidade do príncipe. O, de forma mais clara, Oscar Terán caracteriza o intelectual nestes anos como situado entre um Deus forte e um Príncipe débil (Terán, 1991, p. 158). Se bem que Terán se refere aos intelectuais contestatários da nova esquerda, consideramos que é uma imagem válida para pensar o nosso personagem. Sobre isto, podemos assinalar dois elementos que dão conta do jogo de lealdades de Miguens.

Por um lado, se trata de um príncipe débil no político: Miguens não é um intelectual orgânico, nem se compromete a longo prazo a nenhum projeto político: se mantém isolado da participação política partidária – apenas se afilia ao “Partido Justicialista” em 1973, a pedido de um amigo, por um curto período. Em seu lugar, em distintos momentos aderirá a outros grupos ou posição política, sendo a relação mais duradoura com o “Justicialismo”; aqui o conflito é com Perón, já que em 1954-55 milita ativamente em sua derrocada, mas em 1974 se converte em um assessor

comprometido com o novo processo político. Também em 1962 toma parte das trincheiras no bando Azul no conflito entre dois segmentos do Exército Argentino.

Por outro lado, o elemento que atravessará toda a trajetória de Miguens (o Deus forte), e que permite dotá-la em certo sentido de ação mais ou menos estável (coerência que poderia estar presente como ausente), é, por um lado, o fator católico, em especial a participação de Miguens nos espaços católicos mesmo que não atue como um intelectual “de trincheira”; e por outro lado, a convicção industrialista, primeiro, e desenvolvimentista em seguida.

Isso é uma marca de uma época na qual os limites da política começaram a debilitar-se, cruzando o resto das esferas sociais. Assim, a cena acadêmica aparece como insuficiente, num contexto geral da crescente politização (Sarlo, 2001, 99-101). As características das figuras de intelectual comprometido e intelectual orgânico descritas por Terán (1991, p. 14) são extensíveis àquelas que chamamos de especialistas ou tecnocratas, que são atravessados pela mesma vontade de atuar fora da cena acadêmica.

Neste sentido, se operará uma redefinição do lugar do catolicismo num novo cenário político-institucional; uma usina de idéias que as elites governantes irão nutrir-se. Esta postura se verá refletida nos editoriais da revista *Critério* (Touris, 2007, p. 333), que se acercará de posições mais modernizantes no início dos anos sessenta (Sarlo, 2001, p. 43).

Miguens não é um indivíduo que tenha concentrado um poder de decisão ou pressão significativo frente ao Estado. Nosso interesse radica, então, no que permite dar conta da potencialidade de determinadas credenciais, e da forma em que operam certos circuitos de sociabilidade.

DO “GRUPO BUNGE” AO “GRUPO LINEAMIENTOS”

Para estudar com maior profundidade a posição da usina de idéias (desenvolvimentista) que pretende desenvolver certos setores do movimento católico, seria significativo analisar com determinação a participação de Miguens no grupo de trabalho interdisciplinar voltado para projetar um modelo de planificação nacional. Funcionou entre 1968 e 1970, durante o governo de fato do General

Onganía no quadro do Conselho Nacional de Seguridad (CONASE), sendo seu principal produto o documento de trabalho *Lineamientos de un nuevo proyecto nacional*. O “Grupo Lineamientos”, como o denominaremos neste artigo, apresentava um claro perfil tecnocrático, formado por especialistas em disciplinas sociais convocados pelo governo para que aportem uma especialidade específica. Como veremos, ali tem um alto componente de membros de extração católica. O estudo deste caso nos permitirá reconstruir, através da participação de Miguens, a presença de redes sócio-religiosas em postos chaves do Estado.

O GRUPO LINEAMIENTOS

Como assinala Aldo Ferrer, ministro da Economia do governo de Levingston (1970-1971), a Revolução Argentina implicou uma troca de atitude política nas Forças Armadas: nos golpes de Estado anteriores, as Forças Armadas haviam concebido a tomada de poder como uma transição até a assunção de outro governo civil. Contudo, em 1966 “ao assumir plenamente o poder por um período indeterminado, as autoridades militares deviam definir o rumo do

Estado em todos os níveis: educação, cultura, relações exteriores, política social e, ‘last but not least’, na economia” (Ferrer, 1981, p. 56).

Este novo desafio obrigará as Forças Armadas a convocar os civis para formar os elencos governamentais. Segundo a clássica leitura de Guillermo O’Donnell, o controle da economia foi entregue à setores liberais, enquanto que a área política foi encarregada à grupos nacionalistas, ou paternalistas (O’Donnell, 1982). Isso é o que Altamirano denomina de *as almas da Revolução Argentina*. Contudo, Altamirano destaca a presença de “sociais-cristãos e tecnocratas de variadas origens que uniam o credo comum do desenvolvimento” (Altamirano, 2001, p.81).

Efetivamente, uma olhada mais detalhada permite encontrar em diversos estratos do governo de Onganía indivíduos com trajetória em espaços do movimento católico (Rouquie, 1981, p. 259-261). Em particular, é significativo o papel desempenhado pelas Oficinas Cristãs e a revista *Cité Catholique* no processo de construção de uma homogeneidade ideológica no interior de certos grupos empresariais e das Forças Armadas, respectivamente

(García Lupo, 1985; Donatello 2010). Por sua parte, para dar resposta ao novo desafio de traçar o rumo do Estado e da Nação, se cria um sistema de planificação no qual as redes católicas serão constitutivas.

Uma das primeiras medidas que dispõe o governo de fato do general Juan Carlos Onganía uma vez tomado o poder em junho de 1966, é a criação de um sistema de planificação baseado em três organismos: o CONASE (Conselho Nacional de Seguridad), o CONADE (Conselho Nacional de Desenvolvimento) e CONACYT (Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia) (Castelucci, 2007). A premissa que animava este empreendimento era o convencimento de que a seguridad nacional e o Desenvolvimento autoritário que teve seu auge justamente durante a ditadura da Revolução Argentina.

Neste quadro é que, dentro do CONASE, se constitui um grupo de trabalho com o objetivo de traçar um projeto nacional. A coordenação estava a cargo do subsecretário da Secretaria do CONASE, Horacio Pietranera, e o Diretor Geral de Política Nacional de Seguridad, o Coronel Oscar Alberto Grondona. A partir de 1969 se somou a

equipe o coordenador Javier Villanueva, Diretor Geral de Política. A equipe de trabalho conta com a participação de Natalio Botana, Mario Brodershon, o Tenente Coronel Venancio Carullo, prof. Héctor Ciapuscio, Adolfo Critto, Carlos Floria, Julio Mario Grondona, Capitão de Fragata Tulio Carlos Loza, Emilio Mignone, José Enrique Miguens, Juan Carlos Puig, Eduardo Tiscornia (CONASE, 1970: Introdução).

O que há por trás destes nomes? Um forte e homogêneo núcleo de indivíduos pertencentes a redes católicas com um forte perfil tecnocrático ou intelectual. Brevemente, faremos uma análise naquelas com participação nas redes católicas até 1973. Javier Villanueva: advogado formado na UBA, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UCA; autor de numerosas obras sobre a indústria argentina. Natalio Botana: Formado em Ciências Políticas em um dos principais centros de formação para intelectuais católicos argentinos, a “Université Catholique de Louvain” (Bélgica); professor da mesma disciplina na USAL (1968-1973); membro do conselho de redação da *Critério*; é considerado um dos principais intelectuais católicos das

últimas décadas na Argentina. Carlos Floria: advogado e doutor em Direito e Ciências Sociais na UBA (1956); ocupa diversos cargos públicos entre 1962 e 1964, entre eles ministro da Educação da Província de Buenos Aires em 1963; professor da UBA; professor da Faculdade de Ciências Sociais e Econômicas da UCA, subdiretor do Instituto de Ciência Política da USAL desde 1964, fundador e diretor do curso de Ciência Política da UCA e decano da Faculdade de Direito da USAL (1968-1973); membro do conselho de redação e diretor da revista *Critério*; e, membro fundador da Universidade de San Andrés. Emilio Mignone: professor no Instituto Autônomo de Professorado Secundário do Conselho Superior de Educação Católica, professor de direito da UCA; membro ativo do Partido Democrata-cristão. E o mesmo José Henrique Miguens, que nesse momento acabava de abandonar o cargo de diretor do departamento de Sociologia da UCA, escrevia na *Criterio* e em outras revistas católicas e teve um passado de militância católica na ACA, com temos visto.

O grupo se completava com Juan Carlos Puig, reconhecido analista de relações internacionais

latinoamericanas, quem sustentava uma posição de terceira ordem ou autonomia heterodoxa nas relações internacionais, e será chanceler no governo de Hector Cámpora (1973); Mario Brodersohn: licenciado em Economia (UBA), investigador do Instituto Torcuato Di Tella (o qual também pertencia Botana). Por sua parte, Tiscornia, Critto, Ciapuscio e Pietranera eram todos advogados com experiência na função pública em diversas áreas durante os governos de Arturo Frondizi, José María Guido e Arturo Humberto Illia. O grupo se completava com o iniludível componente de militares rasos no governo da mesma estirpe: Grondona, Loza, e Carullo.

Então, sobre quinze integrantes, cinco eram membros ativos de universidades católicas. Em especial, a atividade do Instituto de Ciência Política da USAL foi significativa (ICP-USAL). Aqui representado por Natalio Botana e Carlos Floria, este instituto se obtém de uma intensa atividade intelectual em torno do novo período político aberto com o Onganiato. Sua carta de apresentação é o livro *La 'Revolución Argentina'. Análisis y perspectivas*, compilação editada e publicada pelo instituto em outubro de

1966, apenas cinco meses após o golpe militar. Na Introdução se apresentam as intenções que o motivam: o diagnóstico é que “o fracasso dos [anteriores] golpes de Estado radica na falta de uma ideologia de cambio; não integraram ações e capital num sistema coerente de idéias, nem um modelo substitutivo de organização institucional” (AAVV, 1966, p. 13). Ante a isso, e “conscientes desta responsabilidade, um grupo de especialistas em ciências políticas, vinculados ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Salvador, resolveram discutir sistematicamente a perspectiva que oferecia a revogação do sistema institucional argentino vigente desde o século passado” (AAVV, 1966, p. 15), uma renovação necessária que o autor do prólogo, Raúl Puigbó, diretor do ICP-USAL cataloga de “grande empresa histórica que projeta [o povo argentino] ao cenário mundial com personalidade e prestígio” (AAVV, 1966, p. 16).

A intencionalidade do livro é direta: o grupo de trabalho do ICP-USAL se apresenta como “think tank” a disposição do governo de Onganía, o qual é recebido com muito entusiasmo e esperança, a julgar pelo tom otimista desta publicação. Os autores são todos

membros do ICP-USAL: além do já mencionado Floria, ali escreve Mariano Grondona (com quem já nos deparamos no conflito entre “Azules” e “Colorados”), advogado pela UBA, professor da ESG e da UBA, ex-diretor do ICP-USAL (1962-1968), funcionário da Direção Geral e de Política Exterior (1968-1969), mas que, além de tudo, é identificado como um dos principais intelectuais do governo de Onganía. Também outros autores atuaram em diversos cargos durante a Revolução Argentina: Julio Álvarez será Ministro do Bem-estar Social em 1968. Raul Puigbó, teórico do comunitarismo (estrutura de corpos intermediários destinados a substituir os partidos políticos) atuará como secretário de Promoção e Assistência da Comunidade (1966-1968). Referência a parte merece José Luis de Ímaz, quem gravitará fortemente entre o universo social que aqui reconstruímos: sociólogo fundador do curso de sociologia da USAL, sucessor de Miguens na direção do mesmo curso na UCA, é o autor de um das teses sociopolíticas mais importantes e aceitas nas décadas de 1960 e 1970: o principal problema da Argentina é a falta de uma elite dirigente (a solução, arriscava De Ímaz,

poderia vir da Igreja católica, a qual deveria funcionar como fator aglutinador. (De Ímaz, 1964: 248))⁷. O impacto desta tese, e sua história militante em diversos espaços do movimento católico ganhará entre 1967 e 1969 um lugar como interlocutor informal e logo em seguida como assessor formal no Ministério do Interior (De Ímaz, 1977: 2009-214).

O grupo CONASE produz diversos documentos, sendo o mais importante *Lineamientos de un nuevo proyecto nacional*. Finalizada sua redação logo após a derrubada de Onganía (1970) da presidência, como consequência da incapacidade de seu governo conter a agudização de conflitos sócio-políticos, este documento será publicado em duas oportunidades: em 1970 como documento de trabalho do CONASE, e em 1971 numa versão reduzida (quase pela metade) a cargo da Universidade Nacional de Tucumán. A primeira versão conta com uma introdução em que se explicita a gênese do projeto e seu desenvolvimento, o que desaparece na segunda edição devido a necessidade de obscurecer toda a referência ao ditador já caído em desgraça, Onganía. O diagnóstico que subjaz a

Lineamientos... é que a crise que agita a Argentina desde 1930 se origina na carência de um projeto nacional, entendido como “uma empresa consensualmente assumida pelos argentinos” (CONASE, 1970). A primeira metade do livro é de caráter geral, enquanto que a segunda compreende distintos artigos a cargo de especialistas de diversas áreas (Educação, Demografia, Ciência e Tecnologia, Social, Econômica, Política Interior e Exterior, Seguridade Nacional, Metodologia). Segundo a metodologia explicitada, cada uma destas corresponde a um subsistema da realidade. Neste quadro, José Enrique Miguens está a cargo da sessão Social, a qual divide em dois: a utilidade dos modelos experimentais para estudar a realidade social, e o lugar da opinião pública (área que conhecia por sua atividade em consultoria privada).

Além da sua participação em *Lineamientos...* a participação de Miguens se manterá à margem do governo da Revolução Argentina. No entanto, seguirá trabalhando para o governo, de consultor privado. Como mencionamos, Miguens dirigia o Centro de Investigações Motivacionais e Sociais (CIMS), voltando para a

consultoria política e marketing, temas em que Miguens era pioneiro.⁸ Entre 1958 e 1973 Miguens realiza 112 trabalhos de todos os tipos, a metade dos quais (60) foram realizados durante o governo de Onganía (junho de 1966-junho de 1970). A grande maioria versam sobre os temas de interesse para o governo. Este incremento do trabalho de consultor de Miguens pode se explicar pelos contatos que este possuía em diferentes níveis do Estado, dos quais se utilizou para conseguir contratos de consultoria e investigação. Por exemplo, durante a gestão de Krieger Vasena frente ao Ministério de Economia, Miguens é contratado pelo centro de Estudos Econômicos, pertencente ao dito ministério. Ali realiza vários trabalhos; entre eles, inventa um índice de inflação subjetivo. O contato de Miguens será seu amigo Eduardo Tiscornia, a quem já mencionamos como um dos participantes do projeto *Lineamientos*. Os laços interpessoais também servem para garantir trabalhos para o Ministério de Relações Exteriores da Nação.

Com a derrubada de Onganía do governo interrompe-se o projeto *Lineamientos...* Todavia, logo após o interregno na presidência do General

Levingston (1970-1971), o governo de planificação: *Proyecto Nacional*. Diferente de *Lineamientos...*, a redação do novo projeto é delegada em organizações da sociedade civil, principalmente a Fundação Argentina Ano 2000, dirigida pelo sacerdote dominicano de origem belga Michel Jean Paul Ramlot, da qual era fundador o Coronel Ramón Genaro Diaz Bessone. A tarefa estava sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Ação do Governo, oficina que substituiu as funções do CONASE e do CONADE. Seu diretor era Javier Villnueva, antigo Diretor Geral de Política do CONASE e um dos coordenadores de *Lineamientos...* (Castelucci, 2007, p. 98).

Miguens não é convocado para trabalhar no *Proyecto Nacional* de Lanusse. De fato, seus vínculos percorrem por outros caminhos: também católicos, também militares. Ainda que também peronistas: em 1973 é chamado por Angel Monti, ex-funcionário do governo de Oscar Alende (UCRI) da Província de Buenos Aires (1958-1960), o qual havia se aproximado do Justicialismo. Com Juan Domingo Perón como presidente, em 1974 Monti ocupa a subsecretaria de

Governo, sendo seu superior imediato, o Coronel Vicente Damasco.

Damasco estudou na ESG, e já no fim da década de 1960 estava a seu cargo a tarefa de estabelecer vínculos entre o Justicialismo, e os professores e conferencistas que davam aula na ESG, entre eles Miguens. Mais significativamente, Damasco foi professor dos cursos de IDEA em 1970, quando Miguens presidia a dita instituição. As redes entre civis e militares assim estendidas será uma das fontes da qual se nutrirá os quadros do terceiro governo de Juan Domingo Perón (1973-1974). Damasco, quem faz o nexos, se converte em um colaborador próximo do velho líder Justicialista: em fevereiro de 1974 é designado a tomar frente da Secretaria de Governo. Neste posto convoca um grupo de assessores para que acompanhem na elaboração do documento *Modelo Argentino para el Proyecto Nacional*, considerado o último documento de Perón (Castelucci, 2007). Entre os assessores convocados se encontra José Enrique Miguens, quem permanecerá pouco menos de um ano neste posto: em parte descontente com a situação de efervescência política do país, em fins de 1974 viaja a convite da Universidade de Connecticut,

Estados Unidos, onde permanecerá um ano ministrando aulas.

Em sua volta à Argentina em 1976, ante a nova interrupção constitucional provocada pelo golpe de Estado de 24 de março, Miguens buscará e conseguirá rapidamente sua jubilação da função pública.

Tanto a experiência do Grupo Bunge como a do Grupo Lineamientos são significativas tanto que dão conta da forma em que estão presentes redes sócio-religiosas em distintos governos. A tese antes mencionada de Mallimac sobre a estratégia do catolicismo integral de penetração do Estado se verifica na trajetória de Miguens, tanto pela variante populista como pela militar. Ambos casos dão conta da importância que cobram atores e instituições de extração católicas no quadro estatal.

O Grupo Lineamientos se coloca na interseção de três vertentes: católicos, especialistas tecnocratas em ciências sociais e militares. O perfil dos indivíduos que temos encontrado nos permite afirmar que não se trata de qualquer tipo de católico, já que todos eles são especialistas reconhecidos em ciências sociais ou jurídicas, e dispostos a colocarem seu conhecimento à serviço

do governo militar. Mas do outro lado da mesma moeda é que não é qualquer cientista social que ascende a estes postos: o pertencimento a redes católicas constitui uma credencial altamente valorável. O terceiro elemento desta fórmula de intersecções é aquele que opera como garantidor do nível de confiança necessária: ser conhecido de algum militar, um tenente coronel ou categoria superior do Exército argentino. Na interseção destas vertentes católicas, tecnocráticas e militaristas está uma das fontes de recrutamento de diversos governos.

REDES CATÓLICAS E RECRUTAMENTO ESTATAL

Um dos desafios que enfrentaram cada um dos governos militares na Argentina tem sido a nomeação de funcionários públicos que ocuparam cargos no Estado. Povoar o Estado com funcionários confiáveis constitui uma operação complexa e delicada, de enorme importância para controlar o funcionamento diário do sistema burocrático estatal. Esta é uma tarefa difícil quando o núcleo governante não possui uma estrutura política própria, e se agudiza ainda mais quando se trata de militares,

responsáveis por recrutar civis para ocuparem postos hierárquicos.

Os modelos tradicionais da ciência política indicam que em sistemas políticos com partidos políticos consolidados, as principais organizações de recrutamento de funcionários deveriam ser os mesmos partidos políticos. No caso da Argentina, no entanto, a debilidade institucional, ou melhor, a baixa institucionalização das organizações políticas formais tem dado maior protagonismo para as organizações, redes e espaços de sociabilidade alternativos.

Em setembro de 1930, José Félix Uriburu lidera o primeiro golpe de Estado da Argentina moderna. O grupo que leva a cabo esta aventura golpista dura apenas uns meses no poder: a falta de estrutura política, entre outros fatores, impede que este grupo de nacionalistas restauradores se sustentem frente aos embates de diversos setores. Será outra a fortaleza dos governos que o sucederam Mantendo formalmente o sistema de partidos, mas alterando explicitamente o jogo democrático ao reivindicar a “fraude patriótica” como eixo do sistema eleitoral, o governo do General Agustín P. Justo logrará compensar sua falta de estrutura política

com uma aliança estratégica com o movimento com a Igreja católica.

Este processo tem sido amplamente descrito por Mallimaci (1992, 1988): é o momento de passagem para a ofensiva do catolicismo. O catolicismo integral tenderá como parte central da estratégia da concepção da penetração estatal. Nos décadas seguintes, seja desde a variante populista ou da variante militar (Mallimaci, 1993, p. 47), a burocracia estatal se torna porosa para o movimento católico: centenas de militantes se incorporam a suas filas reivindicando sua identidade católica, o que constitui a principal novidade do processo. Os ensinamentos religiosos povoam as diversas oficinas públicas, e atos religiosos contam com a presença de altos funcionários do governo. De forma paralela, a estrutura do movimento católico crescerá exponencialmente. Em termos gerais, se trata de um mecanismo de “trade-off” de legitimidades recíprocas entre a Igreja católica, o movimento católico e o Estado.

Ao longo do século XX, distintos espaços do movimento católico se encarregaram de formar quadros militantes, políticos, culturais; nutriram

diversos “think tanks”; constituíram estruturas organizacionais que serviram como base para instituições e experiências político-partidárias, seja aportando militantes de base como quadros técnicos e, especialmente, dirigentes.

Em um país na qual as constantes interrupções da ordem constitucional supuseram a suspensão do jogo político partidário e frequentemente a proibição da existência de alguns partidos políticos (URC não é personalista nos anos 30, Justicialismo entre 1955 a 1973), não podem constituir-se em eficientes formadores de quadros. Em seu lugar, o dispositivo do catolicismo integral e seu universo de instituições – e suas herdeiras nas décadas seguintes – surgiram como espaços privilegiados para a militância política em instituições com relativa estabilidade⁹. Esta afirmação é válida para todo o arco de opções políticas: desde as experiências contestatárias revolucionárias filo socialistas ou reformistas, passando pelas experiências político partidárias clássicas (como o Partido Demócrata Cristão, ou em partidos tradicionais como a UCR), e dirigindo organizações empresariais, assessorando juntas

militares, até ser um dos apoios para os governos ditatoriais da época. A presença de quadros socializados em instituições e espaços católicos tomará a forma do político de partido tradicional, o intelectual, acadêmico e especialista comprometido ou orgânico, ou simplesmente, o militante ativo.

A trajetória de José Enrique Miguens nos permite engrossar o caldo do processo, e somarmos algumas das redes sócio-religiosas que atravessam os espaços de poder estatal. Socializado em redes católicas, José Enrique Miguens é um elemento que dificilmente pode ser etiquetado, já que seu roteiro se mostra zigzagueante e esporádicas participações em diversos espaços: governos de diverso tipo, duas universidades, numerosas faculdades, assim como assessor de empresários e militares, e pioneiro em consultoria.

As oportunidades que a Miguens se apresentam estão em direta relação com a posição que ele ocupa em diversos espaços e os capitais que detém. É o elemento mais relevante, ao menos no recorte que aqui temos feito, é a sua permanência em espaços explicitamente reconhecidos como católicos, a de inspiração católica, e que tem a Igreja Católica como referente

institucional. Mais concretamente: a condição de possibilidade da participação de Miguens no Grupo Bunge é o vínculo entre seu pai e Alejandro Bunge, disfarçado pela militância em organizações católicas, em particular o Círculo de Trabalhadores Católicos. Uma vez dentro do Grupo Bunge, e em paralelo a uma profusa atividade na Ação Católica, Miguens logra ingressar no Estado impulsionado pela sua participação dentro do “think tank” pró industrialista. Da mesma maneira, o giro opositor que Miguens dá em 1954, e a profusa atividade com a qual encara as diversas ações contra o governo no episódio do enfrentamento com a Igreja Católica, lhe outorgará a cota de confiança suficiente para poder ingressar nos espaços fortemente antiperonistas: a ESG e a UCA. E, como vimos, tanto a UCA como o Instituto de Ciência Política da USAL serão fontes da qual se nutriram os elencos ministeriais do governo de Onganía.

Esta confiança é vinculada pelos laços que Miguens mantém com diversos atores dos setores antiperonistas. Especialmente, Miguens mantém laços de todos os tipos com

diversos grupos do movimento católico. A Ação Católica, o Grupo Bunge, círculos católicos de sociólogos e de advogados da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, o ativismo antiperonista de 1954-1955, a ESG, a UCA, a revista *Criterio*, o IDEA, etc.: a passagem de Miguens por todos esses espaços podem ser explicados pelos laços de amizade ou reconhecimento que vai entrelaçando-o em diferentes instâncias da sua vida, e que o projetam para outros espaços, com outras oportunidades. Se quiséssemos aprofundar na compreensão deste roteiro deveríamos examinar os cruzamentos entre os imaginários a afins, como uma visão cristã de mundo gestada na matriz do catolicismo integral, que se nutre da experiência histórica dos primeiros governos peronistas, que incorpora e difunde o paradigma do desenvolvimento, esta última concepção fortemente arraigada nas forças armadas argentinas, especialmente no Exército, no começo da década de 1970.

Assim, a Revolução Argentina encarnará uma variante autoritária da desenvolvimentismo que tanto na véspera do golpe de Onganía a política como atividade e como mecanismo de

organização social estava profundamente desprestigiada (Ollier, 2005). O descrédito não era do poder dos setores militares, tanto que compreendia todo o círculo político, incluindo a nova esquerda argentina (Téran, 1991). Neste contexto, a ditadura liderada por Onganía põe em suspensão a política, decide governar prescindindo da política, sob a convicção tecnocrática de que a caracterizá-la pela administração colocaria fim na crise estrutural da economia, da sociedade e do sistema político: “a ação direta e a repressão substituiriam a política, e a administração cairia confinada à institucionalização de ‘mecanismos de assessoramento’” (De Riz, 2000, p. 186).

Se bem que Miguens não se reconhece explicitamente como militante católico, as redes e os espaços de sociabilidade pelo qual transita o colocam legitimamente como parte do movimento católico. Mas Miguens não é um indivíduo que, como dito, tenha com o movimento uma relação orgânica. Por ele é que trabalhamos sua trajetória em termos puramente sociológicos: por quanto aqui não aprofundamos na presença de tópicos

católicos no pensamento e discurso de Miguens, nosso trabalho se limita a estudar os laços sociais de tipo sócio-religiosos que ao longo da trajetória de José Enrique Miguens aportam a para compreensão dos cominhos que tomou em virtude das possibilidades que a ele se apresentavam.

CONCLUSÃO

O cruzamento entre o político e o religioso constitui uma dimensão multifacetária e completa. Uma forma de aproximação da sua compreensão é analisar a relação entre Igreja e Estado, o que levaria a suposição de outorgar ênfase nas instituições em análise. Todavia, a Igreja e Estado são instituições complexas com múltiplas determinações e níveis de análise. Pelo que temos optado, consiste privilegiar o estudo das redes sócio-religiosas que atravessam a ambos espaços sociais.

Por fora da Igreja Católica se tecem e correm múltiplas e heterogêneas redes nas quais a identidade católica se torna muito mais fragmentária do que uma olhada externa poderia supor. E entre elas, os indivíduos tomam posições, transitam diversos espaços, desfazem fortes

decisões tomadas. As combinações se multiplicam e nutrem a constante luta pela definição do católico, a luz de diferentes fatores, por exemplo as lutas políticas.

Sem tornar-se um intelectual ou técnico orgânico de nenhum grupo, nem a a organizações do movimento católico, Miguens alterna sua participação em diversas experiências políticas entre 1940 e 1976, entre um deus forte e um Príncipe débil. Um dos elementos mais importantes que habilita Miguens a participar das ditas redes de poder é uma identidade difusa que combina catolicismo, especialista do desenvolvimentismo e uma adesão tática ao peronismo.

Assim mesmo, a reconstrução da trajetória de José Enrique Miguens nos tem permitido estudar a relação entre Estado e catolicismo desde o ponto de vista da relevância do capital social vinculado a redes e espaços sócio-religiosos, que em distintos momentos configuram determinadas estruturas de possibilidades, facilitando ou dificultando certas vias de ação. Em particular, comprovamos isto em relação ao acesso a cargos de perfil “tecnocrático” no Estado.

Por último, o estudo biográfico que temos realizado tem permitido colocar em relevo uma das características do sistema político argentino do século XX: o movimento católico tem sido uma das principais fontes da qual tem socorrido distintos governos para recrutar funcionários, capital político e legitimidade.

Tradução: Gabriela Pereira Martins
Revisão: Carlos E. P. Procópio

Abstract

In June 1966, the civil-military-religious coup d'état known as Revolución Argentina took place, led by general Juan Carlos Onganía, who became president de facto of Argentina. In view of this new scenario, a vast group among intellectuals and experts chose to oppose the military government, while a significant number of them decided to actively support it. They were part of experiences of political and cultural activism in universities, setting up think tanks, occupying public office. In this process, the religious networks seem to be significant, specially those linked to a technocratic and “desarrollista” thinking

In this article, we seek to examine the participation of catholic activists in the dictatorship known as Revolución Argentina. The trajectory of José Enrique Miguens will serve to this purpose, showing the linkages between catholic networks and the argentinean political system.

Keywords: Public Administration – Catholic Movement – Social networks – Argentinean Political System

BIBLIOGRAFIA

AAVV. La ‘Revolución Argentina’. Análisis y prospectiva. Buenos Aires, Depalma, 1966.

AAVV. Soluciones argentinas a los problemas económicos y sociales del presente. Buenos Aires, Instituto Alejandro E. Bunge de Investigaciones Económicas y Sociales, Kraft, 1945.

ADAMOVSKY, Ezequiel. “La bendita medianía: los católicos argentinos y sus apelaciones a la ‘clase media’, c. 1930-1955”, en: Anuario del IEHS, n° 22, p. 304-324, 2007.

ALTAMIRANO, Carlos. Bajo el signo de las masas. Buenos Aires, Ariel, 2001.

BARANGER, Denis. Epistemología y Metodología en la obra de Pierre Bourdieu. Buenos Aires, Prometeo, 2004.

BLANCO, Alejandro. Razón y Modernidad. Buenos Aires, Siglo XXI, 2006.

BOURDIEU, Pierre. “Le capital social”, en: Actes de la recherche en Sciences Sociales, n°. 31, p. 2-3, 1980.

CAIMARI, Lila. Perón y la Iglesia Católica. Religión, Estado y sociedad en la Argentina, 1943-1955, Buenos Aires, Ariel, 1995.

CAMPIONE, Daniel. Prolegómenos del Peronismo. Los cambios en el estado Nacional 1943-1946. Rosario, Manuel Suárez Editor, 2003.

CASTELUCCI, Oscar. “¿Cómo y por qué Juan Domingo Perón escribió modelo argentino para el proyecto nacional?”, en: PERÓN, Juan. Modelo argentino para el proyecto nacional. Buenos Aires, Sudamericana y COPPPAL-Argentina, 2007.

CONSEJO NACIONAL DE SEGURIDAD. Dirección General de Políticas Nacionales de Seguridad. Lineamientos de un nuevo proyecto nacional. Buenos Aires, 1970.

CUCCHETTI, Humberto. Religión y política en Argentina y en Mendoza (1943 - 1955): lo religioso en el primer peronismo. Buenos Aires, CEIL-PIETTE – CONICET, 2005.

DE ÍMAZ, José Luis. Promediando los cuarenta: no pesa la mochila. Buenos Aires, Sudamericana, 1977.

_____ “Alejandro E. Bunge, economista y sociólogo (1880-1943)”, en: Desarrollo Económico. Vol. 14, n°55, p. 545-567, octubre-diciembre, 1974.

_____ Los que mandan. Buenos Aires, EUDEBA, 1964.

DE RIZ, Liliana. La política en suspenso. Buenos Aires, Paidós, 2000.

DONATELLO, Luis, “¿Una ideología católica empresarial?”. En: XXVII Congreso ALAS, 2010, Buenos Aires. Actas..., Buenos Aires: Asociación Latino-Americana de Sociología, 2010, formato CD-ROM.

_____ El Catolicismo Liberacionista en la Argentina y sus opciones político-religiosas. Tesis doctoral, Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de Buenos Aires y École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2005.

FERNÁNDEZ LÓPEZ, Manuel. “La ciencia económica argentina en el siglo XX”, en: Estudios Económicos. Vol. XVIII, n° 38, julio-diciembre, 2001.

FERRER, Aldo. Nacionalismo y orden constitucional. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1981.

GARCÍA LUPO, Rogelio. Mercenarios y monopolios en la Argentina; de Onganía a Lanusse: 1966-1973. Buenos Aires, Legasa, 1985, 6^{ta} ed.

GONZÁLEZ BOLLO, Hernán. Delineando la agenda económica de la Argentina de entreguerras: itinerarios e ideas del ingeniero Alejandro E. Bunge (1880-1943). Buenos Aires, EdUCA, 2010 (en prensa).

LEBARON, Frédéric. “Action Economique et capital symbolique”, en: Regards Sociologiques. n°30, p. 73-89, 2005.

MALLIMACI, Fortunato. “Los diversos catolicismos en los orígenes de la experiencia peronista”, en: MALLIMACI, Fortunato; DI-STEFANO, Roberto (comp.). Religión e imaginario social. Buenos Aires, Manantial, 2001.

_____. “Los estudios sobre la relación catolicismo, Estado y sociedad en la Argentina: conflictos y tendencias actuales”, en: FRIGERIO, Alejandro (comp.). Ciencias Sociales y religión en el Cono Sur. Buenos Aires, CEAL, 1993.

_____. “El catolicismo argentino desde el liberalismo integral a la hegemonía militar”, en: AAVV. 500 años de cristianismo en la Argentina. Buenos Aires, CEHILA, 1992.

_____. Catholicisme et état militaire en Argentine (1930-1946). Tesis doctoral, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1988.

O'DONNELL, Guillermo. El Estado Burocrático Autoritario. Buenos Aires, Editorial de Belgrano, 1982.

OLLIER, María Matilde. Golpe o revolución. Buenos Aires, UNTref, 2005.

ROUQUIE, Alain. Poder militar y sociedad política en la Argentina II (1943-1973). Buenos Aires, Emecé, 1981.

SARLO, Beatriz. *La batalla de las ideas*. Buenos Aires, Ariel, 2001.

SPRINGER, Philip B. “Disunity and Disorder: Factional Politics in the Argentine Military”, en: BIENEN, Henry (edit.). *The military intervenes; case studies in political development*. New York, Russell Sage Foundation, 1968.

TERÁN, Oscar. *Nuestros años '60*. Buenos Aires, Punto Sur, 1991.

TOURIS, Claudia. “Tensiones en el campo católico. La cuestión del peronismo después de 1955”, en: *Anuario del IEHS*, n° 22, p. 325-348, 2007.

VASILACHIS DE GIALDINO, Irene (coord.). *Estrategias de investigación cualitativa*. Buenos Aires, Gedisa, 2006.

ZANATTA, Loris. *Perón y el mito de la Nación Católica. Ejército e Iglesia en los orígenes del peronismo*. Buenos Aires, Sudamericana, 1999.

ZANCA, José. *Los intelectuales católicos y el fin de la cristiandad*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica – San Andrés, 2006.

NOTAS

¹ O presente artigo foi originalmente publicado em espanhol na revista **Ciencias Sociales y Religión / Ciências Sociais e Religião**, Vol.12, Nº12, outubro: 53-78.

² Este trabalho se baseia em três entrevistas de José Enrique Miguens realizadas junto a Leandro Aramburu nos dias 14 e 21 de agosto, e 27 de outubro de 2008, trabalhando com a metodologia de história de vida (cf. Mallimaci y Giménez Béliveau en: Vasilachis de Gialdino, 2006, p. 179-209). Estas entrevistas realizaram-se no marco inicial do projeto UBACyT Institucionalização e profissionalização da sociologia na Argentina (1940-2000), dirigido por Diego Pereyra, IIGG-UBA.

³ Os vínculos entre o peronismo e o catolicismo são mais profundos que a mera transferência de quadros. As diversas investigações ressaltam, desde as mais variadas perspectivas, até o caráter fundacional do discurso católico na formação do imaginário peronista (Cucchetti, 2005; Mallimaci, 1988; Mallimaci, 1992; Zanatta, 1999; Caimari, 1995)

⁴ Em outra oportunidade se deverá aprofundar sobre os elementos católicos que conformam o imaginário destas redes, o qual *a priori* não se presenta como homogêneo, senão como um conjunto variado de visões de mundo que compartilham um núcleo básico formado por uma concepção cristã de mundo.

⁵ Membro de uma família de notáveis, Alejandro Bunge (1880-1943) estudou no Colégio Nacional de Buenos Aires, em seguida cursou engenharia na Alemanha, na sua volta para a Argentina, começou uma carreira em diversas oficinas estatais de estatística. Foi um brilhante autor de um plano econômico durante a presidência de Alvear (1927), que foi rechaçado e forçado a se renunciar. Será Ministro da Fazenda do Governo Provisório de Santa Fé após o golpe de José Félix Uriburu em 1930. Durante a referida década terá um destacado espaço como impulsionador e divulgador de um modelo de desenvolvimento econômico industrialista e protecionista, no período do seu cargo de docente e investigador na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires, de onde liderará um dinâmico grupo de discípulos, entre eles, uns dos que mais se destacará será Raúl Prebisch. Incentivador de diversas organizações empresariais, sociais e culturais, teve um destacado espaço em organizações e espaços

católicos, tanto no ramo juvenil como nos Círculos de Trabalhadores Católicos, e colaborará desde sus inícios na revista *Criterio* (de Ímaz, 1974; Mallimaci, 1988; González Bollo, 2010).

⁶ Neste sentido, Monsenhor Derisi deixaria bem claro sua posição em fevereiro de 1967 nas páginas da revista *Criterio*: ali, afirmará que o problema com o Departamento de sociologia não era acadêmico, e sim que “é um problema que faz a doutrina em dividir o ensino sociológico e psicológico em si mesmos, e em sua relação com a verdade e doutrinas cristãs” (citado em Zanca, 2006, p. 200).

⁷ Junto a Floria, Puigbó, Grondona, de Ímaz, Álvarez, completam a lista dos autores da *Revolução Argentina*: Zulema Julia Álvarez, Guillermo Lousteau Heguy, Héctor Julio Martinotti, Adolfo Mugica, Alberto Castells, Luis Villagra y Ernesto Miqueo Ferrero.

⁸ Miguens é um dos primeiros a impulsionar as investigações de mercado e de opinião pública, em falar das investigaciones desde o âmbito privado não acadêmico. Em 1958, Miguens trabalha como assessor do Instituto Lanús na elaboração do que constituiria uma das primeiras enquetes públicas realizadas no país. No entanto, será mais importante a fundação do Centro de Investigações Motivacionais e Sociais (CIMS), invertendo nele a indenização recebida pelo retiro voluntário de seu cargo no Estado. A atividade do CIMS se prolonga por 15 anos, ainda que a produção se concentre fundamentalmente entre os anos 1967 e 1971. Os estudos realizados são do tipo de opinião pública e investigações de mercado. Os temas abarcados são de um amplo espectro: atitudes no que diz a respeito da privatização; opinião acerca de partidos políticos, forças armadas, Igreja Católica; atitudes frente as políticas petrolíferas; percepções sobre os conflitos internacionais que afetavam a Argentina, com especial atenção nas disputas limítrofes. Os principais clientes do CIMS são empresas privadas, sindicatos, a Igreja Católica, partidos políticos, ou mesmo o Estado nacional ou provincial.

⁹ Esta reflexão tem sido desenvolvida por Luis Miguel Donatello. Nobreza obriga a agradecer a inspiração.